



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
PARANÁ**

**ROTEIRO DE ANÁLISE
DE CONSISTÊNCIA DOS
DADOS**

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL DO
PREFEITO MUNICIPAL**

ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO

RCD EDU007 – Política municipal de
educação em tempo integral



PROGOV

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?	4
ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO	5
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	6
LITERATURA SUGERIDA	8
ITENS A SEREM VERIFICADOS	9
PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	10
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....	10
DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	10
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES ÀS ESCOLAS DA AMOSTRA	11
SOBRE A VISITAÇÃO DAS ESCOLAS DA AMOSTRA E AS ENTREVISTAS AOS PROFISSIONAIS	11
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	13
ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(À) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17
ANEXO II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(À) DIRETOR(A) ESCOLAR	19
ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA .	21
ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (CHECKLIST)....	24
ANEXO V – POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES	28

INTRODUÇÃO

Com a reformulação do processo de emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos prefeitos paranaenses, concebida no ano de 2022, a apreciação do desempenho anual do governo passou a considerar o grau de implementação de ações que estão sob a responsabilidade do chefe do poder executivo municipal nas áreas da educação, saúde, assistência social, transparência e relacionamento com o cidadão, administração financeira e previdência social.

Para isso, foi inserida a **Avaliação da Atuação Governamental** como parte integrante do Parecer Prévio. Esse instrumento busca mensurar o desempenho do governo em cada uma das áreas avaliadas com base em informações e documentos fornecidos diretamente por agentes públicos municipais, denominados de **interlocutores**, tais como secretários, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, coordenadores de unidades de saúde e de centros de referência da assistência social, entre outros.

A diversificação da base de interlocutores resultou na participação de mais de 31.000 pessoas no ano de 2025, fato que, além de implicar mais legitimidade ao processo, limita a possibilidade de ações coordenadas com intuito de inflar inapropriadamente a nota obtida pelos governos municipais na Avaliação da Atuação Governamental.

Apesar disso, tendo em vista a grande quantidade de aspectos avaliados no processo e considerando a necessidade de fomentar um amplo e irrestrito diagnóstico das políticas a todas as partes interessadas, tais como as instituições de controle, as câmaras municipais, a sociedade e os próprios municípios avaliados, torna-se necessário avançar na definição de mecanismos de asseguarção da confiabilidade e integridade das informações fornecidas anualmente pelos interlocutores.

Diante disso, este documento tem por objetivo estabelecer procedimentos para orientar as unidades de controle interno municipais, as entidades de controle social, o próprio Tribunal de Contas e demais interessados na **análise de consistência dos dados** fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?

A proposta deste documento é estabelecer procedimentos que permitam aferir a consistência dos dados fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

Além disso, a aplicação dos procedimentos sugeridos neste trabalho também pode resultar na elaboração de relatórios com a identificação de achados e a emissão de recomendações para que a gestão municipal adeque os seus processos de modo a melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados à população.

Para alcançar os resultados esperados com a aplicação dos procedimentos, sugere-se que este documento seja utilizado a partir dos seguintes passos:



Leitura do documento na íntegra, o que propiciará ao usuário um conhecimento geral do assunto tratado e dos procedimentos a serem realizados.



Leitura da [LITERATURA SUGERIDA](#), de modo que o usuário tenha condições de aprofundar o seu conhecimento no assunto tratado. Esta ação deve ser realizada a critério do usuário, considerando o seu conhecimento prévio sobre o assunto e o tempo disponível para a atividade.



Comunicação e solicitação, à gestão municipal, dos documentos que subsidiarão os procedimentos, ficando a critério da instância executora a utilização do modelo sugerido no [ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO\(À\) SECRETÁRIO\(A\) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO](#).



Definição da amostra de escolas municipais que serão consideradas na realização das visitas e demais procedimentos de consistência de dados.



Comunicação e solicitação, à gestão escolar, dos documentos que subsidiarão os procedimentos, ficando a critério da instância executora a utilização do modelo sugerido no [ANEXO II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO\(À\) DIRETOR\(A\) ESCOLAR](#).



Realização de visita às escolas da amostra para aplicação do [ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA](#).



Preenchimento do [ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS \(CHECKLIST\)](#), cujos quesitos devem ser respondidos considerando as orientações dos [PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE](#) referenciados na coluna "PA".



Os quesitos que forem respondidos com "não" indicarão a existência do achado referenciado na coluna "**possíveis achados**", no [ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS \(CHECKLIST\)](#). Os achados estão especificados no [ANEXO V - POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES](#), acompanhados de possíveis recomendações aplicáveis.

ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO

Este documento estabelece procedimentos de análise de consistência de dados para o Item de Verificação **07 – Política municipal de educação em tempo integral**, inserido na questão **02 – Acesso e Permanência** da área da **Educação**.

Questões	Q01. Planejamento e gestão educacional	Q02. Acesso e Permanência	Q03. Práticas Pedagógicas	Q04. Profissionais da educação	Q05. Infraestrutura das unidades escolares	Q06. Alimentação e transporte escolar
Itens de Verificação	IV01. Instrumentos de planejamento	IV05. Acesso e oferta de vagas em creches municipais	IV08. Diagnóstico e monitoramento das aprendizagens	IV12. Política de gestão de pessoas	IV15. Gestão da infraestrutura escolar	IV19. Organização do programa de alimentação escolar
	IV02. Pactuação e acompanhamento de metas educacionais	IV06. Combate à evasão e ao abandono escolar	IV09. Gestão pedagógica e apoio multiprofissional	IV13. Combate ao absenteísmo docente	IV16. Segurança e acessibilidade nas unidades escolares	IV20. Gestão e adequação nutricional dos cardápios
	IV03. Organização e estruturação das turmas	IV07. Política municipal de educação em tempo integral	IV10. Recomposição das aprendizagens	IV14. Formação continuada dos profissionais da educação	IV17. Ambientes administrativos, sanitários e recreativos	IV21. Execução e acompanhamento da alimentação escolar
	IV04. Gestão democrática e participativa		IV11. Educação especial		IV18. Ambientes de aprendizagem e recursos tecnológicos	IV22. Educação alimentar e nutricional (EAN)
						IV23. Organização do serviço de transporte escolar
						IV24. Execução do serviço de transporte escolar

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A **educação em tempo integral** ocupa posição central nas políticas educacionais contemporâneas por seu potencial de ampliar oportunidades de aprendizagem, promover o desenvolvimento integral dos estudantes e reduzir desigualdades socioeconômicas e educacionais. As metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014/2024 estabelecem a ampliação progressiva da oferta de jornadas estendidas como compromisso federativo, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental, orientando os sistemas municipais a estruturarem políticas próprias que assegurem condições adequadas de acesso, permanência e desenvolvimento integral (1)(2).

Nesse cenário, a existência de uma **política municipal de educação em tempo integral** formalmente instituída e aprovada pelo conselho de educação representa elemento fundamental para conferir direcionalidade, transparência e respaldo normativo às ações da gestão educacional, alinhando-as às metas nacionais e às orientações técnicas vigentes (3).

É importante que haja **planejamento da expansão da educação em tempo integral** que articule a criação e alocação de matrículas, o dimensionamento dos investimentos financeiros, a adequação da infraestrutura escolar, a organização das jornadas dos profissionais da educação e a gestão dos insumos necessários ao funcionamento da escola, constituindo instrumento indispensável para que a rede municipal avance de forma consistente e sustentável (3).

As diretrizes operacionais nacionais reforçam que esse processo precisa estar orientado por critérios objetivos de equidade, **priorizando escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade social** e baseando as decisões de ampliação da oferta em indicadores de desigualdade e de exclusão escolar (4). Essa priorização é componente essencial de uma política comprometida com a justiça educacional e com o enfrentamento das desigualdades territoriais.

A implementação da educação em tempo integral no âmbito das escolas demanda, ainda, a **revisão contínua do Projeto Político-Pedagógico**, incorporando a concepção de educação integral e assegurando o alinhamento entre as diretrizes sistêmicas e as práticas pedagógicas cotidianas. Essa revisão deve ocorrer de forma participativa e voltada à garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes (4).

De igual modo, a **oferta de formações continuadas** específicas aos professores e demais profissionais constitui requisito para assegurar que a ampliação da jornada escolar se traduza em práticas pedagógicas qualificadas, coerentes com a concepção de educação integral e adequadas às especificidades das etapas e modalidades da educação básica (4).

Outro componente imprescindível é o **monitoramento sistemático da política de educação em tempo integral**. Instrumentos de monitoramento permitem acompanhar o progresso da implementação, identificar desafios e oportunidades de melhoria, aprimorar a tomada de decisão e fortalecer a responsabilização e a transparência perante o conselho de educação e a sociedade (3)(4).

As questões que compõem este RCD buscam verificar se o Município estruturou sua política de educação integral conforme os parâmetros legais, técnicos e de boas práticas: existência de ato normativo e aprovação pelo conselho de educação; elaboração de plano de expansão; priorização de escolas e estudantes vulneráveis; oferta de educação em tempo integral pelas unidades escolares; alinhamento do Projeto Político-Pedagógico à política municipal; realização do monitoramento anual; e oferta de formação continuada específica. O atendimento a esses critérios constitui base essencial para uma política de educação em tempo integral efetiva, equitativa e orientada ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Referência		Link para acesso
1	Lei 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
2	Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
3	Guia para elaboração da política de educação integral em tempo integral	https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/documentos-arquivos/guia-elaboracao-politica-educacao-tempo-integral
4	Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025	https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/agosto-de-2025/rceb007_25.pdf

LITERATURA SUGERIDA

- [Guia para elaboração da política de educação integral em tempo integral](#) – Ministério da Educação (MEC).
- [Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025](#) – Conselho Nacional de Educação (CNE).

ITENS A SEREM VERIFICADOS

Item	Questão Auxiliar
1	O Município possui política de educação em tempo integral formalmente instituída por ato normativo e aprovada pelo conselho de educação?
2	O Município possui plano de expansão da educação em tempo integral no âmbito da rede municipal de ensino?
3	A política municipal de educação em tempo integral prioriza expressamente escolas e/ou estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica?
4	A unidade escolar oferta educação em tempo integral?
5	O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar foi elaborado ou revisado a partir da política municipal de educação em tempo integral?
6	A política municipal de educação em tempo integral foi monitorada no ano de referência?
7	No ano de referência foram ofertadas formações continuadas específicas sobre educação em tempo integral aos professores e demais profissionais da unidade escolar?

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

A instância executora deverá comunicar à gestão municipal da área da Educação sobre os procedimentos a serem realizados e, nessa comunicação, solicitar a documentação preliminar necessária. Para essa etapa, poderá ser utilizado o [ANEXO I – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO\(À\) SECRETÁRIO\(A\) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO](#).

Documento	
D1	Política municipal de educação em tempo integral formalmente instituída por ato normativo municipal (como lei, decreto etc.) e comprovada a aprovação pelo conselho de educação competente (Conselho Estadual ou Municipal de Educação).
D2	Plano municipal de expansão da educação em tempo integral (que pode estar contido no ato que instituiu a política ou em documento apartado).
D3	Relatório de monitoramento da política municipal de educação em tempo integral emitido no ano de referência (relatório emitido, por exemplo, em 2025 sobre o comportamento das metas durante 2024).
D4	Documentação que demonstre a oferta de formação continuada aos profissionais de educação das unidades da rede municipal de ensino com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência (Ex.: chamadas para eventos, banners, calendários, listas de participação, certificados etc.).

DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Considerando que os itens de verificação 4, 5 e 7 dependem de verificação na unidade escolar (oferta de tempo integral, atualização do Projeto Político-Pedagógico - PPP e participação em formações), a instância executora deverá selecionar uma amostra de unidades escolares ou optar pela realização dos procedimentos em todas as unidades da rede municipal.

Sugestão de Critério de Amostragem: Sugere-se que o critério de amostra seja definido de modo a selecionar um grupo **heterogêneo** de escolas. A seleção deve incluir unidades que se declaram ofertantes da educação em tempo integral e, se for o caso, unidades de diferentes portes

ou localizações (urbana/rural), buscando refletir a diversidade da rede municipal

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES ÀS ESCOLAS DA AMOSTRA

Após a definição da amostra, a instância executora deverá comunicar as escolas selecionadas sobre os procedimentos que serão realizados, podendo utilizar o [ANEXO II – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO\(À\) DIRETOR\(A\) ESCOLAR](#).

Cada escola da amostra deverá disponibilizar a seguinte documentação preliminar:

Documento	
D5	Listagem de turmas da amostra de escolas , contendo a quantidade total de matrículas em tempo integral de cada turma.
D6	Versão mais atualizada do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar, incluindo a proposta pedagógica curricular compatível com a jornada escolar de tempo integral.
D7	Documentação que comprove a participação de profissionais da educação da unidade escolar em formações com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência (Ex.: certificados e listas de participação em ações de formação).

A equipe poderá solicitar que os documentos D5, D6 e D7 sejam enviados previamente ou, a critério da instância executora, disponibilizados apenas no momento da visita à unidade escolar.

SOBRE A VISITAÇÃO DAS ESCOLAS DA AMOSTRA E AS ENTREVISTAS AOS PROFISSIONAIS

Este RCD prevê a realização de **visitas às escolas** selecionadas na amostra. As visitas e entrevistas são necessárias para coletar evidências e realizar a triangulação de informações, especialmente nos seguintes aspectos:

- 1. Observação durante a Visita (Item 4):** Observar se um ou mais estudantes matriculados na educação em tempo integral estão desenvolvendo as atividades na unidade escolar, de acordo com a carga horária declarada.
- 2. Entrevistas com a Gestão Escolar (Itens 3 e 7):** Confirmar o conhecimento sobre possíveis critérios de priorização na distribuição/alocação de vagas (Item 3) e verificar se foi ofertada formação

continuada com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência (Item 7).

3. **Análise Documental do PPP (Q5):** Verificar se o Projeto Político-Pedagógico foi elaborado ou revisado após a instituição da política e se contém uma proposta pedagógica curricular compatível com a jornada em tempo integral.

As entrevistas devem ser guiadas por um [Roteiro de Entrevista](#) que comporá os anexos do RCD. As entrevistas servirão como subsídio para **triangulação de evidências** entre as informações documentais e a realidade percebida na unidade escolar.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Item 1 - O Município possui política de educação em tempo integral formalmente instituída por ato normativo e aprovada pelo conselho de educação?

Os procedimentos visam a aferir a formalização da política municipal de educação em tempo integral.

PA 1.1. Verificar se a política de educação em tempo integral (Documento D1 – Política municipal de educação em tempo integral) foi formalmente **instituída por ato normativo municipal**, como lei ou decreto.

PA 1.2. Verificar se há documentação comprobatória (anexa a D1 ou em documento apartado) que demonstre a **aprovação da política municipal de educação em tempo integral pelo conselho de educação competente** (Conselho Estadual ou Municipal de Educação), como resolução ou parecer.

Item 2 - O Município possui plano de expansão da educação em tempo integral no âmbito da rede municipal de ensino?

Os procedimentos buscam avaliar a existência e o conteúdo do planejamento formal para a expansão da oferta de educação em tempo integral.

PA 2.1. Verificar se há o **Plano municipal de expansão da educação em tempo integral** (Documento D2), o qual pode estar contido no ato que instituiu a política municipal de educação em tempo integral (D1) ou em documento apartado.

PA 2.2. Analisar D2 para verificar se o plano **estabelece objetivos e metas para a expansão** das vagas de tempo integral. As metas devem ser exequíveis, objetivas e mensuráveis por meio de indicadores previamente definidos.

PA 2.3. Verificar se o conteúdo do plano (D2) trata de questões como: **criação e alocação das matrículas em tempo integral; planejamento financeiro necessário à expansão; plano de melhoria de infraestrutura; plano de organização e ampliação de jornada de quadros dos profissionais da educação; e gestão dos insumos** como alimentação escolar, transporte e materiais pedagógicos.

Observação de Inaplicabilidade: Caso todas as unidades escolares da rede municipal de ensino já ofertem educação em tempo integral e essa oferta

seja suficiente para atender integralmente a demanda manifesta por vagas em tempo integral, este item será **Não Aplicável**.

Item 3 - A política municipal de educação em tempo integral prioriza expressamente escolas e/ou estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica?

Estes procedimentos só serão aplicados se o **Item 1 for considerado atendido**. Eles verificam se a política estabelece critérios de equidade na distribuição de vagas.

PA 3.1. Verificar na política municipal (D1) se há disposição expressa sobre **critérios de priorização para a distribuição e alocação** das matrículas em tempo integral.

PA 3.2. Analisar se os critérios mencionados na política (D1) **consideram expressamente aspectos relacionados à situação de vulnerabilidade socioeconômica** dos estudantes.

PA 3.3. Por meio de **entrevista aos gestores das escolas da amostra**, confirmar se:

- As vagas de tempo integral disponibilizadas pela unidade escolar são suficientes para atender a toda demanda manifesta.
- Eles têm conhecimento sobre os possíveis critérios de priorização na distribuição/alocação de vagas e se consideram que essa distribuição prioriza escolas ou estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Observação de Inaplicabilidade: Este item também será **Não Aplicável** se a oferta de educação em tempo integral for suficiente para atender a demanda manifesta por vagas em tempo integral (conforme a hipótese de inaplicabilidade do Item 2).

Item 4 - A unidade escolar oferta educação em tempo integral?

Estes procedimentos são realizados nas escolas da amostra para verificar a efetiva oferta da modalidade.

PA 4.1. Analisar a **Listagem de turmas da amostra de escolas** (Documento D5) para verificar se ela indica a existência de, ao menos, **uma matrícula em tempo integral** na unidade escolar.

PA 4.2. Durante a **visita nas escolas da amostra**, observar se um ou mais estudantes matriculados na educação em tempo integral estão **desenvolvendo as atividades na unidade escolar**, de acordo com a carga horária declarada pela gestão escolar.

Item 5 - O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar foi elaborado ou revisado a partir da política municipal de educação em tempo integral?

Estes procedimentos só serão aplicados se os **Itens 1 e 4 forem considerados atendidos**. Eles verificam a adequação pedagógica da escola à política de tempo integral.

PA 5.1. Verificar se a versão apresentada do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)** da unidade escolar (Documento D6) foi **elaborada ou revisada em data posterior à publicação** da política municipal de educação em tempo integral (D1).

PA 5.2. Analisar D6 para verificar se o PPP **contém proposta pedagógica curricular**.

PA 5.3. Verificar se a proposta pedagógica curricular (D6) está **organizada de acordo com a carga horária de tempo integral**.

Item 6 - A política municipal de educação em tempo integral foi monitorada no ano de referência?

Estes procedimentos só serão aplicados se o **Item 1 for considerado atendido**. Eles buscam evidências do acompanhamento da execução da política.

PA 6.1. Verificar se houve emissão do **Relatório de monitoramento da política municipal de educação em tempo integral** (Documento D3).

PA 6.2. Analisar D3 para verificar se o relatório **demonstra a situação da execução da política**, incluindo o acompanhamento de objetivos, metas, estratégias e ações.

PA 6.3. Verificar se o relatório de monitoramento (D3) foi **emitido no ano de referência** da prestação de contas, ainda que o ano-base monitorado seja o ano anterior (por exemplo, relatório emitido em 2025 demonstrando o comportamento das metas em 2024).

Item 7 - No ano de referência foram ofertadas formações continuadas específicas sobre educação em tempo integral aos professores e demais profissionais da unidade escolar?

Estes procedimentos só serão aplicados se o **Item 4 for considerado atendido**. Eles avaliam o suporte profissional oferecido pelo município para a implementação da política.

PA 7.1. Analisar a documentação (Documento D4 – Documentação da Secretaria) para verificar se o Município **ofertou, no ano de referência, formação continuada** aos profissionais da rede municipal de ensino com **foco em educação integral em tempo integral** (com temas como concepção de educação integral, currículo integrado, planejamento interdisciplinar, metodologias ativas ou outros aspectos específicos).

PA 7.2. Verificar a documentação de comprovação de participação da unidade escolar (Documento D7 – Documentação da Escola) para atestar se houve **participação de profissionais da unidade escolar** em formações com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência.

Este procedimento é contextual, pois não influencia na questão, que pergunta apenas se a ação foi ofertada (e não se os profissionais de todas as escolas participaram).

PA 7.3. Por meio de **entrevista aos gestores das escolas da amostra**, confirmar se foi ofertada, pelo município, formação com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência.

ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assunto: Solicitação de documentos para consistência de dados.

Prezado(a) Sr.(a) [Nome do(a) Secretário(a)],

No exercício de nossas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, a [Nome da Instância executora] está realizando um procedimento de consistência de dados sobre a **Política Municipal de Educação em Tempo Integral**. Esta iniciativa faz parte do nosso compromisso contínuo com a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos municipais, especialmente no que diz respeito à garantia da aprendizagem dos nossos estudantes.

O objetivo do trabalho é aferir a **existência, adequação e execução da política municipal de educação em tempo integral**, bem como verificar a consistência dos dados informados nos questionários respondidos pelos interlocutores municipais no âmbito da prestação de contas anual do governo municipal.

As conclusões deste trabalho não somente nos auxiliarão a entender melhor as práticas correntes, mas também poderão resultar na emissão de recomendações específicas para aprimoramento dos processos em questão.

Nesse sentido, solicitamos gentilmente que nos forneça os seguintes documentos e informações:

Documento	
1	Política municipal de educação em tempo integral formalmente instituída por ato normativo municipal (como lei, decreto etc.) e comprovada a aprovação pelo conselho de educação competente (Conselho Estadual ou Municipal de Educação).
2	Plano municipal de expansão da educação em tempo integral (que pode estar contido no ato que instituiu a política ou em documento apartado).
3	Relatório de monitoramento da política municipal de educação em tempo integral emitido no ano de referência (relatório emitido, por exemplo, em 2025 sobre o comportamento das metas durante 2024).
4	Documentação que demonstre a oferta de formação continuada aos profissionais de educação das unidades da rede municipal de ensino com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência (Ex.:

	chamadas para eventos, banners, calendários, listas de participação, certificados etc.).
--	--

Agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Por favor, encaminhe os documentos solicitados até **[data limite]**, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho.

Atenciosamente,

[Seu Nome]

[Seu Cargo]

[Contato]

[Email da Instância executora]

ANEXO II - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO(A) DIRETOR(A) ESCOLAR

Assunto: Solicitação de documentos para consistência de dados.

Prezado(a) Sr.(a) [Nome do(a) Diretor(a)],

No exercício de nossas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, a [Nome da Instância executora] está realizando um procedimento de consistência de dados sobre a **Política Municipal de Educação em Tempo Integral** em unidades escolares da rede. Esta iniciativa faz parte do nosso compromisso contínuo com a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos municipais, especialmente no que diz respeito à garantia da aprendizagem dos nossos estudantes.

O objetivo do trabalho é aferir a **existência, adequação e execução da política municipal de educação em tempo integral**, bem como verificar a consistência dos dados informados nos questionários respondidos pelos interlocutores municipais no âmbito da prestação de contas anual do governo municipal.

As conclusões deste trabalho não somente nos auxiliarão a entender melhor as práticas correntes, mas também poderão resultar na emissão de recomendações específicas para aprimoramento dos processos em questão.

Nesse sentido, solicitamos gentilmente que nos forneça os seguintes documentos e informações [adaptar texto caso haja a intenção de acessar os documentos durante as visitas]:

Documento	
1	Listagem de turmas da amostra de escolas , contendo a quantidade total de matrículas em tempo integral de cada turma.
2	Versão mais atualizada do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar, incluindo a proposta pedagógica curricular compatível com a jornada escolar de tempo integral.
3	Documentação que comprove a participação de profissionais da educação da unidade escolar em formações com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência (Ex.: certificados e listas de participação em ações de formação).

Informamos ainda que no dia **XX/XX/XXXX** realizaremos uma visita à escola para realização de entrevistas aos profissionais da gestão escolar. Deverá estar à disposição para a entrevista, no mínimo, o(a) diretor(a) ou vice-diretor(a).

Agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Por favor, encaminhe os documentos solicitados até [data limite], para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho.

Atenciosamente,

[Seu Nome]

[Seu Cargo]

[Contato]

[Email da Instância executora]

ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Este roteiro é direcionado a, no mínimo, um profissional da gestão escolar (Diretor(a) ou Vice-Diretor(a)) e pode ser aplicado a coordenadores pedagógicos e professores, a critério da instância executora).

Este roteiro de entrevista tem o propósito de orientar a instância executora na formulação de perguntas direcionadas aos profissionais das escolas da amostra a fim de coletar evidências e informações contextuais sobre a Política Municipal de Educação em Tempo Integral.

As perguntas constantes da entrevista não precisam ser lidas em sua literalidade. É importante que a instância executora, após deixar claro o objetivo do procedimento, inicie uma conversa com o profissional entrevistado de modo que consiga alcançar uma boa compreensão de sua visão quanto à política.

Sempre que possível, registre no campo “Comentários” informações complementares, que fornecerão subsídios para a elaboração de um relatório que materialize adequadamente as conclusões da instância executora e contenha recomendações compreensíveis e efetivas.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Escola:	
Nome do entrevistado:	
Função na escola:	
Data/hora da entrevista:	

2. SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (Item 4)

(Perguntas que apoiam a verificação documental e de observação do Item 4)

Questão	Respostas	Comentários
2.1. A unidade escolar oferta educação em tempo integral? <i>(Conforme definido na Política Municipal)</i>	() Sim () Não	
2.2. Qual é a carga horária diária/semanal cumprida pelos alunos matriculados em tempo integral nesta escola? <i>(Para verificar conformidade com o mínimo legal)</i>	() Mínimo de 7h/dia (35h/semana) () Inferior a 7h/dia	

2.3. Qual é a etapa/modalidade da educação em tempo integral (Ex: Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil)?		
--	--	--

3. SOBRE OS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE VAGAS (Item 3)

(Perguntas direcionadas à Gestão Escolar – Diretor(a) ou Coordenador(a) Pedagógico(a) – para confirmar o conhecimento e a aplicação de critérios de prioridade e avaliar a demanda.)

Questão	Respostas	Comentários
3.1. As vagas de tempo integral disponibilizadas pela unidade escolar são suficientes para atender a toda demanda manifesta da comunidade?	<input type="checkbox"/> Sim, atendem todos os pedidos. <input type="checkbox"/> Não, há fila de espera ou demanda reprimida. <input type="checkbox"/> Não sabe responder.	
3.2. A Secretaria de Educação informou a esta escola sobre critérios de priorização para a distribuição/alocação de vagas de tempo integral?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe responder	
3.3. Os critérios de priorização utilizados consideram expressamente escolas ou estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica?	<input type="checkbox"/> Sim, prioriza. <input type="checkbox"/> Não prioriza. <input type="checkbox"/> Não sabe responder.	

4. SOBRE A OFERTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA (Item 7 – PA 7.3)

(Perguntas direcionadas a Gestores e/ou Professores para confirmar a oferta de suporte técnico pela Secretaria Municipal de Educação.)

Questão	Respostas	Comentários
4.1. No ano de referência, o Município ofertou formações continuadas específicas para os profissionais da educação desta escola com foco em Educação Integral em Tempo Integral (Ex: currículo integrado, metodologias ativas, concepção de educação integral)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe responder	
4.2. Caso positivo, os profissionais da escola participaram dessas ações?	<input type="checkbox"/> Sim, participamos ativamente. <input type="checkbox"/> Sim, mas a participação foi limitada. <input type="checkbox"/> Não houve oferta.	

5. SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) E A POLÍTICA (Item 5 – Verificação Contextual)

(Perguntas direcionadas à Gestão Escolar para verificar o conhecimento e a integração dos documentos.)

Questão	Respostas	Comentários
5.1. Após a instituição da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desta unidade escolar foi revisado ou elaborado para se adequar à nova jornada?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe responder	
5.2. O PPP da escola descreve como o currículo é organizado para os estudantes em tempo integral (diferente da lógica de apenas "turno regular + contraturno")?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe responder	

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (CHECKLIST)

Item 1 – O Município possui política de educação em tempo integral formalmente instituída por ato normativo e aprovada pelo conselho de educação?						
Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A política de educação em tempo integral foi formalmente instituída por ato normativo municipal (lei, decreto etc.)?	PA1.1				AC01	
Há documentação comprobatória da aprovação da política pelo conselho de educação competente?	PA1.2				AC01	

Item 2 – O Município possui plano de expansão da educação em tempo integral no âmbito da rede municipal de ensino?						
Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Há um Plano municipal de expansão da educação em tempo integral (contido na política ou em documento apartado)?	PA2.1				AC02	
O plano estabelece objetivos e metas exequíveis, objetivas e mensuráveis para a expansão das vagas?	PA2.2				AC03	
O conteúdo do plano trata de questões como planejamento financeiro, infraestrutura, quadro de profissionais e gestão de insumos?	PA 2.3				AC03	

Item 3 - A política municipal de educação em tempo integral prioriza expressamente escolas e/ou estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A política municipal (D1) dispõe expressamente sobre critérios de priorização para a distribuição de matrículas em tempo integral?	PA3.1				AC04	
Os critérios mencionados na política (D1) consideram expressamente aspectos relacionados à vulnerabilidade socioeconômica?	PA3.2				AC04	
Os gestores escolares entrevistados confirmam ter conhecimento dos critérios e consideram que a distribuição prioriza a vulnerabilidade socioeconômica?	PA3.3				AC04	

Item 4 - A unidade escolar oferta educação em tempo integral?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A listagem de turmas (D5) da escola da amostra indica a existência de, ao menos, uma matrícula em tempo integral?	PA4.1				AC05	
Durante a visita, foi observado que estudantes matriculados em tempo integral estão desenvolvendo atividades na unidade escolar, conforme a carga horária declarada?	PA4.2				AC05	

Item 5 – O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar foi elaborado ou revisado a partir da política municipal de educação em tempo integral?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O PPP (D6) da unidade escolar foi elaborado ou revisado em data posterior à publicação da política municipal de educação em tempo integral (D1)?	PA5.1				AC06	
O PPP (D6) contém uma proposta pedagógica curricular compatível com a jornada escolar de tempo integral?	PA5.2 e PA5.3				AC07	

Item 6 – A política municipal de educação em tempo integral foi monitorada no ano de referência?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Houve emissão de Relatório de monitoramento da política municipal de educação em tempo integral (D3)?	PA6.1				AC08	
O relatório (D3) demonstra a situação da execução da política, incluindo objetivos, metas e estratégias?	PA6.2				AC08	
O relatório de monitoramento (D3) foi emitido no ano de referência da prestação de contas?	PA6.3				AC08	

Item 7 – No ano de referência foram ofertadas formações continuadas específicas sobre educação em tempo integral aos professores e demais profissionais da unidade escolar?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
A documentação (D4 – Secretaria) comprova que o Município ofertou, no ano de referência, formação continuada com foco em educação integral em tempo integral?	PA7.1				AC09	
Os gestores escolares entrevistados confirmam que foi ofertada formação com foco em educação integral em tempo integral no ano de referência?	PA7.2				AC09	

ANEXO V – POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES

Possíveis achados		Possíveis recomendações aplicáveis
AC01	O Município não dispõe de política municipal de educação em tempo integral instituída formalmente por ato normativo e/ou aprovada pelo conselho de educação competente.	Instituir formalmente a política municipal de educação em tempo integral, observando o devido processo legal, incluindo a aprovação pelo conselho de educação competente.
AC02	O Município não dispõe de planejamento formalizado para a expansão de vagas na educação em tempo integral.	Elaborar e instituir um plano de expansão da educação em tempo integral no âmbito da rede municipal de ensino.
AC03	O planejamento municipal para expansão de vagas na educação em tempo integral não compreende metas exequíveis, objetivas e mensuráveis por meio de indicadores previamente definidos e/ou não trata de aspectos essenciais como planejamento financeiro, infraestrutura e gestão de insumos.	Revisar o plano de expansão da educação em tempo integral para que estabeleça objetivos e metas exequíveis e mensuráveis, e para que contemple os aspectos necessários à sua implementação (financeiro, infraestrutura, gestão de pessoas e insumos).
AC04	A política municipal de educação em tempo integral não prioriza escolas ou estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para a distribuição e alocação das matrículas em tempo integral.	Estabelecer critérios de priorização para a distribuição e alocação de matrículas em tempo integral que considerem expressamente a situação de maior vulnerabilidade socioeconômica das escolas e/ou dos estudantes.
AC05	A unidade escolar visitada não oferta efetivamente educação em tempo integral, ou seja, não há matrículas e/ou não há estudantes desenvolvendo atividades conforme a carga horária estabelecida para a jornada de tempo integral.	Assegurar que as unidades escolares que se declaram ofertantes da educação em tempo integral cumpram a carga horária mínima estabelecida na legislação (tempo igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais).
AC06	O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar não foi atualizado a partir da edição da política municipal de educação em tempo integral.	Orientar e apoiar as unidades escolares para que revisem ou elaborem o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) em conformidade com a política municipal de educação em tempo integral, assegurando a compatibilidade entre a proposta pedagógica curricular e a jornada escolar de tempo integral.

AC07	O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade escolar não contém uma proposta pedagógica curricular compatível ou organizada de acordo com a jornada escolar de tempo integral.	Assegurar que o PPP de cada unidade escolar detalhe uma proposta pedagógica curricular que organize, de forma integrada, as atividades e conteúdos para a jornada em tempo integral.
AC08	A política municipal de educação em tempo integral não foi monitorada no ano de referência, ou não houve emissão de relatório contendo a situação da execução dos objetivos e metas.	Implementar rotinas anuais de monitoramento da política municipal de educação em tempo integral e assegurar a emissão de relatórios que demonstrem a situação da execução da política, incluindo o acompanhamento de objetivos, metas e estratégias.
AC09	O Município não ofertou ações de formação continuada com foco em educação em tempo integral no ano de referência.	Ofertar, anualmente, ações de formação continuada específicas sobre educação integral em tempo integral, abordando temas relevantes como concepção, currículo integrado e metodologias ativas, direcionadas aos professores e demais profissionais da educação que atuam nesta modalidade.